

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DO
EXAME PARA COLABORADOR AUTORIZADO DE NOTÁRIO
07 DE MARÇO DE 2020

Responda às questões seguintes, fazendo referência às normas legais que fundamentam as respostas que der.

I. «Nos cartórios notariais os registos dos atos devem ser efetuados semanalmente, segundo a ordem por que tenham sido lavrados os instrumentos ou apresentados os documentos e devem ser encerrados por um traço horizontal de quinze em quinze dias». Concorda com esta afirmação? (1 valor)

RESPOSTA: Não; os registos devem ser efetuados diariamente, segundo a ordem por que tenham sido lavrados os instrumentos ou apresentados os documentos e devem ser encerrados por um traço horizontal no início do primeiro período de trabalho do dia útil imediato (0,75). Artigos 139.º, 2 e 144.º CN (0,25).

II. Um advogado dirige-se ao cartório notarial, pretendendo saber a data em que foi outorgada uma determinada escritura pública de compra e venda de um prédio rústico, a fim de saber se ainda não caducou o prazo para o seu cliente intentar uma ação de preferência. Será legalmente possível:

a. fornecer a informação pretendida? (1 valor)

RESPOSTA: Sim; o notário deve prestar verbalmente as informações referentes à existência dos atos, registos ou documentos arquivados que lhe sejam solicitadas pelos interessados (0,75). Artigo 32.º, 4 CN (0,25).

b. emitir certidão da escritura em questão e entregá-la ao advogado? (1 valor)

RESPOSTA: Sim; O conteúdo dos instrumentos, registos e documentos arquivados nos cartórios prova-se por meio de certidões, as quais podem ser requeridas por qualquer pessoa (0,75). Artigo 164.º, 1 CN (0,25).

III. José, em nome pessoal e Pedro, na qualidade de gerente de uma sociedade, pretendem reconhecer as suas assinaturas num documento particular. Como não estavam munidos de todos os documentos para o efeito, decidiram voltar da parte da tarde, com os documentos necessários, a fim de ser lavrado o ato. Entretanto, um outro cidadão dirigiu-se ao cartório, perguntando:

a. se estava pendente a elaboração de algum reconhecimento das

assinaturas de José e de Pedro (1 valor);

RESPOSTA: Não; A existência e o conteúdo dos documentos particulares apresentados aos notários para legalização ou autenticação, bem como os elementos a eles confiados para a preparação e elaboração de actos da sua competência, estão sujeitos a segredo profissional, que só pode ser afastado caso a caso e por motivo de interesse público, mediante despacho do director-geral dos Registos e do Notariado (0,5). Artigo 32.º, 1 CN (0,5).

b. qual a natureza do documento por eles apresentado (0,5 valor);

RESPOSTA: Também não era possível dar informação sobre a natureza do documento por eles apresentado (0,5).

c. se era possível facultar-lhe o número de telefone do José ou do Pedro, a fim de o poder contactar sobre assunto referente ao documento (1 valor).

RESPOSTA: Não (0,75). Artigo 5.º RGPD – Regulamento Geral da Proteção de Dados (0,25).

Será legalmente possível dar alguma das informações referidas à pessoa que as pretendia?

IV. Qual o destino a dar a uma certidão do registo comercial, apresentada no cartório notarial, para instruir um instrumento avulso de procuração, a celebrar pelo gerente em nome de uma sociedade comercial? (2 valores)

RESPOSTA: É entregue ao outorgante ou interessado (1). Artigos 104.º, 1 e 105.º CN (1).

V. Qual o prazo de validade dos seguintes documentos:

a. Certidão emitida pela conservatória do registo predial, da descrição de um prédio com as respetivas inscrições? (0,5 valor)

RESPOSTA: 1 ano (0,25). Artigo 54.º, 4 CN (0,25).

b. Certidão emitida pela conservatória do registo predial, a certificar a não descrição de um prédio? (0,5 valor)

RESPOSTA: 3 meses (0,25). Artigo 54.º, 5 CN (0,25).

c. Caderneta predial urbana? (0,5 valor)

RESPOSTA: 1 ano (0,25). Artigo 57.º, 2 CN (0,25).

VI. Como devem ser lavradas – que formas deverão assumir – as procurações destinadas a instruir atos notariais a lavrar por escritura pública? (1 valor)



RESPOSTA: Podem ser lavradas por instrumento público, por documento escrito e assinado pelo representado com reconhecimento presencial da letra e assinatura ou por documento autenticado (0,75). Artigo 116.º, 1 CN (0,25).

VII. Poderá ser emitida certidão de escritura pública de justificação sem que se encontre efetuado o averbamento de publicação? Se sim, em que casos e quais os requisitos especiais que deve conter? (2 valores)

RESPOSTA: Apenas é possível a sua emissão nos casos de impugnação do facto justificado, menção esta – a de que se destina a impugnação judicial – que deve constar expressamente da certidão (1,5). Artigo 101.º, 3 CN (0,5).

VIII. Álvaro, sócio e gerente da sociedade SAPATARIA ENTRE DEDOS, LDA, cujo objeto é o comércio de sapatos, sandálias e chinelos, incluindo havaianas, apresenta-se no cartório notarial para marcação de uma escritura de compra e venda, na qual pretende vender o imóvel que constitui a sede da sociedade. Que documentos solicita a Álvaro:

a. Relativamente à sociedade vendedora? (2 valores)

RESPOSTA: Certidão do registo comercial; ata da deliberação dos sócios; código RCBE (1,5). Artigo 49.º, 1 CN [246.º, 2, c) CSC] e 37.º, 1, g) e 3 do RJRCBE (0,5).

b. Em relação ao imóvel? (2 valores)

RESPOSTA: Certidão do registo predial; caderneta predial; licença de utilização; certificado energético, não obstante a inexistência deste não obste à outorga da escritura (1,5). Artigos 54.º e 57.º CN, 1.º do DL 281/99, de 26 de julho e 5.º, 2, b) do DL118/2013, de 20 de agosto (0,5).

IX. Quais os documentos que solicita para a marcação da escritura de habilitação dos herdeiros de Josefa, falecida no mês passado, no estado de solteira, sem descendentes nem ascendentes vivos, deixando apenas dois irmãos, Fernando e Florbela, e tendo outorgado testamento público, no qual instituiu único herdeiro o referido irmão Fernando? (2 valores)

RESPOSTA: Certidão narrativa de óbito; certidão de teor do testamento; caso se entenda que, por não se encontrar identificado de forma completa no testamento, deverá também ser instruída com certidão de nascimento do irmão Fernando (1,5). Artigo 85.º, 1, a), b) e c) CN (0,5).

X. João, solteiro, maior, promitente vendedor, apresenta-se no cartório notarial para solicitar um reconhecimento de assinatura num contrato promessa de compra e venda de uma parcela de terreno para construção, sita no concelho de Santarém, no qual está prevista a possibilidade de o promitente-comprador ceder a sua



ORDEM DOS NOTÁRIOS
PORTUGAL

posição contratual. Que procedimentos toma com vista à feitura de tal reconhecimento? (2 valores)

RESPOSTA: liquidação e pagamento prévio de IMT (1,5). Artigos 2.º, 3, a) e 22.º, 2, CIMT (0,5).